

Sardenberg: como recuperar o grau de investimento

RESUMO:

No final de 2015 os brasileiros levaram um susto, embora não tenham ficado surpresos: a agência de classificação de riscos Standard & Poor's rebaixou a nota de avaliação do Brasil ao grau especulativo. Foi o resultado de anos de política econômica desastrosa e voluntarista.

Carlos Alberto Sardenberg, um dos mais importantes jornalistas econômicos do país, falou sobre sua visão desta questão afirmando que as soluções sempre demandam disciplina e uma boa dose de sacrifício.

AUTOR:

Attilio Pisa Neto – administrador de empresas e diretor Mercosul de Indústria Química.



A classificação de risco é a nota atribuída a uma empresa ou país para medir o risco de crédito; indica a sua capacidade de pagar suas dívidas ou as possibilidade de atrasar pagamentos ou mesmo de dar calote. Esta classificação é feita por agências especializadas, as principais são Standard & Poor's, Fitch Ratings e Moody's.

O grau de investimento indica que uma economia tem risco baixo e que aplicações financeiras feitas por investidores estrangeiros são bastante seguras. Com esta avaliação, governos e empresas nacionais têm possibilidade de obter empréstimos do exterior com melhores condições de juros e prazos.

O grau especulativo coloca o país em um nível de percepção negativa de risco aos seus interesses e à busca de capitais no mercado internacional. Inclusive alguns grandes fundos de investimento são impedidos legalmente de investir em países que tenham grau de especulação, restringindo-lhes as possibilidades de financiamento. Então, recuperar o grau de investimento é questão de interesse nacional.

Acabar com a hiperinflação e o caos das finanças públicas demandou quatorze anos; desde o Plano Real, em 1994, a introdução de nova moeda e as reformas que a sustentaram, dando-lhe base, até conquistarmos o grau de investimento em 2008. A Standard & Poors foi a primeira agência que concedeu este grau à economia brasileira, reconhecimento até mesmo da maturidade política do país considerando que

Lula, opositor a Fernando Henrique Cardoso, manteve e melhorou a base do Real em seu primeiro mandato. Infelizmente isso não se manteve no segundo, começando aí um processo de desmontagem desses avanços.

No governo de Dilma Rousseff, sucessora de Lula, houve um aprofundamento da demolição das bases da estabilidade e em cinco anos destruiu-se o que demorou muitos anos para ser feito.

Dessa forma, os maiores desafios replicam os de 1994: eliminar o déficit das contas públicas e voltar a produzir superávit primário para reequilibrar e posteriormente reduzir a dívida pública; trazer a inflação à meta (atualmente 4,5% ao ano). Também importante é a garantia da taxa de câmbio flutuante, reduzindo e até eliminando as interferências do Banco Central.

Um ponto positivo em relação à época da implantação do Real é que agora ele já existe; combatido mas existe, não há necessidade de reforma monetária, unidades de transição, troca de papel moeda. Isso comprova a resiliência da formulação do Plano.

Também temos a vantagem de que o arcabouço das regras de estabilidade fiscal já existe, embora não tenha sido levado muito em conta no governo Dilma, com pedaladas fiscais e contabilidade criativa. As regras existem e estão em vigência, precisam de alguns aperfeiçoamentos e serem respeitadas.

A proposta da nova equipe econômica de criar um teto para o gasto público, considerado o valor do ano anterior acrescido da inflação, é positiva, e com isso a despesa total se manterá estável.

O Governo precisa se empenhar fortemente na busca do equilíbrio das contas públicas; reformas de médio e longo prazo, em que se inclui a da Previdência, são necessárias mas insuficientes. Combater o déficit orçamentário é fundamental. O Governo Federal pode cortar gastos em três frentes: despesas com pessoal, custeio e investimentos.

Os funcionários concursados têm estabilidade garantida, mas há um enorme contingente de ocupantes de cargos em comissão e assessorias inchando a máquina pública; são na maioria militantes e protegidos que “aparelham” a administração. O corte de muitos desses cargos, os desnecessários evidentemente, representaria uma economia de alguns bilhões de reais, já em 2017.

Gastos de custeio são vistos como não passíveis de corte, incluem manutenção de edifícios públicos, escolas, hospitais e outros. Mas, com critério e cuidado, pode-se encontrar muita gordura nesses gastos, até mesmo problemas de distribuição de verbas.

Os investimentos apresentam problemas sérios, há uma enormidade de obras incompletas, custando mais caro do que o orçado e licitado. É importante proceder uma parada, avaliação e continuação programada do necessário. As concessões e privatizações de obras de infraestrutura, estradas, aeroportos, portos etc., podem trazer dinheiro já no próximo ano e o investimento privado substituiria o público com maior eficiência, desde que bem regulado e fiscalizado.

As desonerações de impostos devem ser revistas, a boa ideia de baratear a contratação de pessoas reduzindo impostos sobre a folha de pagamento não deu o resultado esperado, é necessária uma reforma tributária que

alivie a carga de impostos para todos, e não apenas para alguns setores e empresas.

Não será fácil, nada fácil. Mas é possível, já aplicamos muitas dessas políticas e também já deram certo em diversos países.

Esta é a visão de Carlos Alberto Sardenberg, um dos mais importantes jornalistas econômicos do Brasil, âncora do programa CBN Brasil, veiculado pela rede nacional de rádio jornalismo CBN, comentarista econômico na mesma rede, do Jornal das Dez da Globonews e do Jornal da Globo, da TV Globo. É colunista semanal no jornal O Globo e mantém o site www.sardenberg.com.br, com informações e comentários econômicos. Na TV, foi apresentador do Jornal das Dez da Globonews, do telejornal da Gazeta Mercantil e do Roda Viva, programa de entrevistas da TV Cultura. Foi assessor da Reitoria da Universidade Estadual de Campinas, quando trabalhou na definição de cursos de pós-graduação em Jornalismo.

Passou a maior parte de sua carreira em São Paulo, mas trabalhou durante seis anos em Brasília. Fez inúmeras coberturas no exterior e de 1985 a 1987 foi Coordenador de Comunicação Social do Ministério do Planejamento.

É autor de vários livros, dentre eles:

- “O Assunto é Bolsa” – Comentários e histórias sobre o mercado de ações no Brasil.
- “Neoliberal, não. Liberal” – Ensaios sobre a economia, política e cultura brasileiras.
- “O Assunto é Dinheiro” – Sobre investimentos pessoais.
- “O Assunto é Vinho” – Comentários sobre a arte de tomar vinho.
- “Aventura e Agonia nos Bastidores do Cruzado” – Uma reportagem sobre a criação, preparação e lançamento do Plano Cruzado, a primeira tentativa de reforma monetária no Brasil.



Liana Leão, professora da UFPR e diretora cultural do Graciosa, palestrante Sardenberg, Gláucio Bley, presidente do Graciosa e Karina Guedes Pereira Bley.